

# Imposto sindical obrigatório pode voltar em texto discutido no Senado

Deputados aprovaram o fim da obrigatoriedade na reforma trabalhista. Projeto chegou ao Senado e já há tentativas de manter a contribuição.

O projeto que pretende reformar as leis trabalhistas no Brasil em nome de uma modernização corre o risco de deixar de fora o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

Todo trabalhador com carteira assinada é obrigado a contribuir com o sindicato da categoria dele, mesmo que não seja filiado a nenhuma entidade sindical. O valor corresponde a um dia de trabalho por ano. A maior parte desse dinheiro fica com os sindicatos, que não têm obrigação de prestar contas.

Os deputados aprovaram dentro da reforma trabalhista o fim dessa obrigatoriedade. Pelo projeto aprovado na **Câmara**, cada trabalhador passa a decidir se autoriza ou não o desconto na folha de pagamento.

Mas para o projeto virar lei ele ainda terá que percorrer um longo caminho no **Senado**, e as centrais sindicais já entraram em cena para tentar reverter a decisão e reincluir o imposto sindical obrigatório. Representantes dos sindicatos conseguiram abrir uma negociação. Em vez de acabar de uma vez só, a cobrança passaria por uma transição até passar a ser opcional.

O senador Álvaro Dias (PV-PR) defende o fim imediato da obrigação.

“No Brasil foram instalados milhares de sindicatos, alguns verdadeiros e competentes, e outros nem tanto. Por isso, o imposto sindical facultativo vai distinguir bem o que é sindicalismo competente e o que é sindicalismo desnecessário”, disse.

Em entrevista a rádios, o presidente **Michel Temer** não se comprometeu. Disse que o fim da obrigatoriedade do imposto sindical foi proposto pelo Congresso.

“Foi acrescentado lá no Congresso Nacional. Então, eu vou examinar com muito cuidado esses pontos para verificar o que é que coloco na medida provisória, se for necessário”, afirmou o presidente.

Em outros países, essa cobrança obrigatória por lei não existe. É o caso da França e do Reino Unido, na Europa, e dos Estados Unidos. Lá, em 27 estados ninguém é obrigado a pagar taxas ou contribuições se não for filiado a algum sindicato. Em outros 23 estados a obrigação é decidida pelos funcionários de cada empresa, e não pelo governo. Os valores variam de contrato a contrato.

Especialistas consideram que, sem o imposto obrigatório, os sindicatos terão que se esforçar mais para conquistar os trabalhadores e isso pode melhorar a atuação deles.

“O fim da obrigatoriedade representa um enorme desafio para os sindicatos brasileiros. Até hoje, a lei concedia a eles a contribuição. Mesmo que eles não fizessem um serviço bom para os trabalhadores que eles representam, independentemente da qualidade desse serviço, a contribuição estava garantida. Agora, eles vão ter que lutar para convencer os trabalhadores a continuarem a pagar. Então, é uma mudança muito grande e um enorme desafio”, diz o economista Hélio Zylberstajn. Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/imposto-sindical-obrigatorio-pode-voltar-em-texto-discutido-no-senado.html>



## Política

contato@d24am.com,  
redacao@diarioam.com.br siga-nos  
Diarodoamazonas.com.br

twitter.com/portald24am

facebook.com/D24am



# BRAGA: REFORMAS SÓ A FAVOR DO TRABALHADOR

**Entrevista** O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu, em visita à REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO (RDC), a isenção de IR para trabalhadores que ganham até cinco salários-mínimos

Braga Sensibilização por parte de Temer ou será contra as reformas propostas

Sandro Pereira

**Da Redação**  
Redacao@diarioam.com.br

**Manaus**

Nesta segunda-feira (15), em entrevista concedida em visita à REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO (RDC), o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) mais um vez declarou seu posicionamento sobre as reformas trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional.

Para ele, a reforma trabalhista deve conter ganhos para o trabalhador e ao mesmo tempo facilitar a geração de novos postos de trabalho para que o povo possa retomar a empregabilidade no Brasil.

Segundo o senador, para isso é necessário que não se permita a fragilização do capital com o trabalho. "Há uma conversa com o presidente Michel Temer, e dele com a bancada do PMDB, onde ele assumiu a responsabilidade de estudar uma proposta e editar uma Medida Provisória (MP) para garantir que não haverá um enfraquecimento

dos direitos dos trabalhadores versus a criação de pessoas jurídicas para substituir a relação do direito do trabalhador conhecida como 'pejotização'" disse Braga.

Conforme Eduardo Braga, se a reforma é necessária, também existe a necessidade de se verificar quem vai pagar por ela. "Não dá para dizer que o assalariado está em condições de contribuir mais para tirar o Brasil da crise econômica em que se encontra. Os salários foram consumidos pela inflação, pela taxa de juros altos, pelos impostos e não teve reajustes salariais que pudessem fazer frente a essa demanda" afirmou o senador.

Braga é da ala peemedebista que defende a isenção de Imposto de Renda aos trabalhadores que ganham até cinco salários-mínimos, ou seja, esses não teriam a alíquota de 27,5% do salário retidos na fonte no fim do mês, como acontece atualmente.

"A nossa proposta é que para aprovar a reforma da previdência é necessário que o trabalhador tenha um ganho imediato e possa retomar

—  
"NÃO DÁ PARA DIZER QUE O ASSALARIADO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE CONTRIBUIR MAIS PARA TIRAR O BRASIL DA CRISE ECONÔMICA EM QUE SE ENCONTRA"

Eduardo Braga, senador (PMDB-AM)

a sua capacidade de consumo, o poder de compra, combater a inadimplência, voltar a investir, consumir, ir ao cinema, estudar. E a economia voltar a girar" disse Eduardo Braga.

De acordo com o senador, a alternativa ideal é que as pessoas jurídicas paguem algo em torno de 3 a 5% de impostos, dependendo dos cálculos do Ministério da Fazenda, os quais não seriam pagos pelo trabalhador.

"Assim, seria possível cobrir R\$ 25 bilhões. Seria uma renúncia fiscal para beneficiar o trabalhador, uma contribuição adicional de mais de R\$ 25 bilhões para ajudar no combate ao déficit fiscal brasileiro. Dessa forma, a reforma seria mais justa do ponto de vista social e econômico. Além de trazer ganhos para a economia, porque o trabalha-

dor voltaria a ter capacidade de consumir. Ao mesmo tempo, para os micro e pequenos empresários, nós propomos ao presidente Temer que o BNDES criasse uma linha de crédito da ordem de R\$ 100 bilhões para serem aplicados com taxa de juros não superior a 4% para facilitar a retomada dos investimentos e geração de emprego imediatamente na economia" declarou Braga.

O senador Eduardo Braga afirmou, ainda, que espera a sensibilização por parte do presidente Michel Temer. Pois, caso contrário revelou que será contra tanto a reforma trabalhista quanto a previdenciária.

Além do mais, o senador destacou que a ideia é realizar reformas que não penalizem o Funrural, o pescador, bem como o agricultor e para isso existe uma proposta de criação de fundo voltado ao agronegócio no intuito de compensar o déficit dos produtores rurais mantendo a idade mínima para aposentadoria.

"Já o tempo de contribuição seria reduzido e teríamos

uma regra geral de transição bem definida. Assim, acho que teríamos uma reforma e seria pra valer, aonde o trabalhador ganharia com a reforma, o consumo ganharia com a reforma, o ajuste fiscal ganharia com a reforma e o Brasil voltaria a crescer gerando emprego e renda".

Sobre o aumento da idade, Braga disse ser possível encontrar um ponto de equilíbrio. Para ele, o grande entrave estava no tempo de contribuição. O senador acredita que a questão da idade mínima para aposentadoria é administrável e que o tempo de contribuição deveria ser modulada para o trabalhador ter condições de contribuir e se aposentar podendo ainda curtir a vida.

"Uma mulher que trabalha no ar-condicionado tem um desgaste. Mas, é diferente de uma mulher que está trabalhando com uma enxada, terçado, carrinho de mão, trabalhando no sol quente, onde o trabalho é mais intenso. Nós não podemos tratar essas pessoas de forma desigual" finalizou Eduardo.

16/05/2017 - 05:00

## Índice de atividade do BC sobe 1,12%, após 8 trimestres de queda

Por Estevão Taiar e Eduardo Campos

Apesar do recuo de 0,44% na passagem de fevereiro para março, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) interrompeu no primeiro trimestre deste ano uma sequência de oito quedas na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O indicador divulgado ontem subiu 1,12% na comparação com os últimos três meses do ano passado. O resultado, considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), vai na mesma direção das projeções de crescimento para o PIB do período, a ser divulgado no próximo dia 1º de junho.

A última vez em que o IBC-Br cresceu na comparação com o trimestre anterior foi no fim de 2014, quando teve alta de 0,22%. O número positivo deste início de ano, no entanto, não garante que a recessão chegou ao fim. É praticamente um consenso que o PIB do segundo trimestre será inferior ao do primeiro, e algumas casas acreditam que ele voltará ao campo negativo. "É cedo para afirmar que estamos num processo mais claro de retomada", defende Daniel Silva, economista do Modal Asset.



A alta esperada para a atividade no primeiro trimestre deve ser muito influenciada pelo que os economistas estão chamando de "supersafra" agrícola. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que a produção de grãos deste ano será 26,2% maior do que a do ano passado.

A estimativa média de 11 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor** aponta crescimento de 1% do PIB do primeiro trimestre. Mas, com o fim da janela sazonal que tem beneficiado a produção agrícola, a tendência é que fatores como o desemprego e o ainda alto endividamento do setor privado

torquem menos prováveis um bom desempenho da atividade no segundo trimestre. "Continuamos com dificuldade para encontrar um motor de crescimento", diz Silva.

O Bradesco, por exemplo, calcula que o PIB encolherá 0,2% em relação ao primeiro trimestre. O ABC Brasil também espera uma contração, embora a magnitude da queda ainda não tenha sido calculada, segundo Natália Cotarelli, economista do banco. Já o Santander espera alta de 0,2%, mas não descarta a possibilidade de uma retração. Silva, do Modal, também trabalha com alta de 0,2%, mas diz que "tem crescido a possibilidade" de queda da atividade no trimestre.

Ele destaca os efeitos negativos que o menor número de dias úteis em abril devem ter nos índices de atividade do período. Houve dois dias úteis a menos que em abril de 2016, além da greve geral, que teve algum efeito sobre a economia. Alguns indicadores antecedentes, segundo Silva, também já "apontam que abril vai ser mais um mês bastante fraco". Entre esses índices, estão a expedição de papel ondulado (-1,2%) e o fluxo em rodovias pedagiadas (-1,3%).

Em relação a fevereiro, o IBC-Br dessazonalizado de março teve queda de 0,44%, contra alta de 1,37% no mês anterior. Foi um recuo menor do que a estimativa média de 0,99% de retração de 18 projeções coletadas pelo Valor Data. O resultado foi influenciado pelas quedas de 1,9% do varejo, de 2,3% do volume de serviços e de 1,8% da produção industrial. Já em comparação com o primeiro trimestre de 2016, o IBC-Br cresceu 0,29%.

Para a Rosenberg Associados, a combinação de queda em março e alta em períodos mais longos reforça o cenário de "sinais mistos" que a atividade econômica tem emitido. "Vão se colhendo evidências de que a recuperação começa a ocorrer - mas sem perder de vista seu caráter gradual, moderado", diz relatório da consultoria. A tendência é que a recuperação ganhe mais força no segundo semestre. Para 2017, Banco Central e Fazenda trabalham com um crescimento de 0,5% do PIB.

Segundo Silva, do Modal, segmentos com maior peso no PIB, como serviços, devem demorar a reagir, em função da deterioração do mercado de trabalho. A tendência, de acordo com ele, é que a maior parte da recuperação da atividade ao longo de 2017 venha da indústria, "que parte de base muito baixa e tende a crescer, mesmo que pouco".

Já o corte dos juros, para o economista, demora "cinco ou seis trimestres" para ter efeitos mais concretos na atividade, deixando os efeitos positivos da queda da Selic para 2018. A estimativa do Modal é que o PIB crescerá 0,7% neste ano.

(Colaborou Camilla Veras Mota)

CBCA

ROAD  
SHOW

2017

# Da Concepção à Construção em Aço

30 de Maio de 2017 | 18h

Auditório Gilberto Mendes de Azevedo

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM

Av. Joaquim Nabuco, 1919, Centro, Manaus

**INSCREVA-SE**



ENCONTRO COM CONTADORES



## Novas Regras do Simples Nacional

### Convite

Participe conosco e conheça as mudanças que entrarão em vigor em 1º de Janeiro de 2018, as novas tabelas e o novo formato de cálculo de tributação para as empresas optantes do SIMPLES Nacional.

Aproveite para conhecer o Sistema Indústria e descobrir as vantagens que seus clientes têm ao participar dos sindicatos industriais.

Data: 17/05/2017 (quarta-feira)

Horário: 15 às 17 horas

Local: Auditório Auton Furtado Júnior (Sede da FIEAM - Av. Joaquim Nabuco 1919 - Centro)

**Garanta já sua inscrição!**

Entre em contato pelo telefone 3234-5576  
ou pelo e-mail [regina.marques@fieam.org.br](mailto:regina.marques@fieam.org.br)



## **Mais notícias**

- [Indicador do Banco Central aponta crescimento da economia de 1,12% no 1º tri](#)
- [Presidente Michel Temer confirma presença para o 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção \(ENIC\)](#)
- [Credenciamento da imprensa para o 89º ENIC começa nesta segunda-feira](#)
- [89º ENIC: Carlos Alexandre príncipe pires e Águeda Muniz confirmam presenças para debate sobre as iniciativas de cidades inovadoras para transformação do mercado da construção voltado à sustentabilidade](#)
- [89º ENIC: banco de dados da CBIC convoca Sinduscons para discussão sobre a consulta técnica dos projetos-padrão de revisão da norma do cálculo do custo unitário básico \(cub/m²\)](#)
- [Aplicativo para estimar captação de água de chuva de chuva é criado pela POLI-USP](#)

## **Agenda**

- **Encontro com Contadores | Novas Regras do Simples Nacional**  
17 de Maio | 15 às 17h | Auditório Auton Furtado Junior  
Mais informações: (92)3234-5576
- **89º Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil (ENIC)**  
24 a 26 de Maio | Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília, DF
- **ROAD SHOW da Concepção à Construção em Aço (CBCA)**  
30 de Maio | Auditório Gilberto Mendes de Azevedo – FIEAM



Contato: (92) 3622-1529  
E-mail: [atendimento@sinduscon-am.org.br](mailto:atendimento@sinduscon-am.org.br)  
Site: [www.sinduscon-am.org.br](http://www.sinduscon-am.org.br)

